

INJUSTIÇA SOCIAL E LITERATURA POPULAR BRASILEIRA: UMA ANÁLISE DISCURSIVA DO FOLHETO DE CORDEL *MENINOS DE RUA E A CHACINA DA CANDELÁRIA*

Viviane de Melo REZENDE*

RESUMO: Neste artigo apresento uma análise discursiva crítica de um folheto de Literatura de Cordel contemporânea a respeito da Chacina da Candelária, evento de violência extrema que em 2003 completou 10 anos. A análise do folheto *Meninos de rua e a Chacina da Candelária*, de Gonçalo Ferreira da Silva (1993), é feita com base nas propostas teórico-metodológicas da Análise de Discurso Crítica (ADC), especialmente no arcabouço proposto por Chouliaraki & Fairclough (1999). O objetivo desta análise é verificar como fatores sociais influenciam na produção do folheto por meio da internalização de valores e crenças e da articulação de diversos momentos da prática social. Assim, objetiva-se mapear conexões entre o social e o lingüístico na prática discursiva do cordel contemporâneo, analisando-se as escolhas feitas pelo produtor na abordagem do tema. De acordo com o enquadre de Chouliaraki & Fairclough (1999) para ADC, toda análise em ADC parte da percepção de um problema na atividade de uma prática social ou na reflexividade sobre uma dada prática. Na análise da estrutura, avalia-se a relação da instância discursiva analisada com ordens de discurso e sua recorrência a gêneros, vozes e discursos de ordens de discurso articuladas; na análise da interação.

Palavras-chave: análise do discurso crítica; literatura popular; práticas discursivas.

Introdução

Neste artigo apresento uma análise discursiva crítica de um folheto de Literatura de Cordel contemporânea a respeito da Chacina da Candelária, evento de violência extrema que em 2003 completou 10 anos. A análise do folheto *Meninos de rua e a Chacina da Candelária*, de Gonçalo Ferreira da Silva (1993), é feita com base nas propostas teórico-metodológicas da Análise de Discurso Crítica (ADC), especialmente no arcabouço proposto por Chouliaraki & Fairclough (1999).

O objetivo específico desta análise é verificar como fatores sociais influenciam na produção do folheto por meio da internalização de valores e crenças e da articulação de diversos momentos da prática social. Assim,

* Pesquisadora da Área de Análise do Discurso Crítica. vivianerezende@hotmail.com

objetiva-se mapear conexões entre o social e o lingüístico na prática discursiva do cordel contemporâneo, analisando-se as escolhas feitas pelo produtor na abordagem do tema. Este trabalho é parte de um projeto mais amplo cujo foco central é o estudo das representações da infância em situação de rua no cordel contemporâneo.

O desenvolvimento do trabalho está dividido em seções. Na seção *Literatura de cordel tradicional e literatura de cordel contemporânea*, reflito sobre as transformações do gênero como consequência de transformações sociais mais amplas; em *Análise do Discurso Crítica*, discorro sobre as principais propostas teóricas da disciplina, que serão utilizadas a seguir, em *Análise crítica do folheto Meninos de rua e a Chacina da Candelária*.

A análise apresentada segue a divisão proposta por Chouliaraki & Fairclough (1999), de modo que a seção dedicada à análise divide-se em *problema; obstáculos para que o problema seja superado; função do problema na prática; e possíveis modos de ultrapassar os obstáculos*. De acordo com o enquadre de Chouliaraki & Fairclough (1999) para ADC, toda análise em ADC parte da percepção de um *problema* na atividade de uma prática social ou na reflexividade sobre uma dada prática. Em seguida, esse enquadre sugere que se deve avaliar os *obstáculos para mudança social* por meio de três eixos de análise: a *análise da conjuntura*, a *análise da prática particular* e a *análise do discurso*. Esta última, por sua vez, divide-se em *análise da estrutura* e *análise da interação*. Na análise da estrutura, avalia-se a relação da instância discursiva analisada com *ordens de discurso* e sua recorrência a *gêneros, vozes e discursos* de ordens de discurso articuladas; na análise da interação, verifica-se de que maneira o discurso trabalha com os recursos oferecidos pelas ordens de discurso articuladas, por meio de análise lingüística de recursos utilizados no texto e sua relação com a prática social. Na análise que apresento aqui, os recursos lingüísticos que me proponho analisar são o *vocabulário* e a *representação de grupos sociais*.

Com base na percepção da vida social como constituída de práticas e redes de práticas, deve-se ainda avaliar a função do problema em questão na prática, a fim de verificar se há uma função particular para o(s) aspecto(s) problemático(s) do discurso na prática, ou seja, para além da descrição dos problemas em que a instância discursiva se envolve, deve-se também avaliar a função de tais problemas nas práticas discursiva e social. Por fim, o enquadre para ADC prevê uma análise dos *possíveis modos de ultrapassar os obstáculos*, em que o objetivo é explorar as possibilidades de mudança e superação dos problemas identificados, através da incompletude e das contradições das conjunturas. Essas duas últimas etapas da análise coadunam-se com o caráter emancipatório da prática teórica da ADC.

Por fim, as considerações finais ao artigo referem-se às *reflexões sobre a análise*, uma vez que toda análise crítica deve também ser reflexiva acerca de sua própria prática, isto é, toda pesquisa crítica deve ser reflexiva. Isto se relaciona à consciência sobre a posição da qual a análise se desenvolve: não

há pesquisa ou análise neutra, sempre partimos de posições teóricas que refletem interesses particulares e são, portanto, parciais. É preciso, pois, admitir que há sempre outras perspectivas possíveis para o tratamento do problema.

Literatura de cordel tradicional e literatura de cordel contemporânea

O cordel sempre foi um veículo de valores culturais tradicionais, sendo permeado de lições moralizantes e opiniões valorativas. Durante seu “período áureo” no Brasil, principalmente nas décadas de 30 e 40 (GALVÃO, 2001, p. 34), o cordel manteve forte influência ideológica sobre o homem do Nordeste, por ser literatura popular de grande circulação e por ser permeada de valores do senso comum.

Pode-se dizer que o cordel tradicional foi não apenas um instrumento de informação, cultura e lazer, mas também um instrumento de transmissão ideológica. O cordel tradicional era feito do povo para o povo, o poeta cordelista pertencia ao mesmo grupo social da maior parte de seu público. Havia identificação entre os participantes, e a ideologia veiculada era de reprodução e sustentação de valores cristalizados no senso comum (CURRAN, 1998, p. 18).

O cordel contemporâneo tem características comuns ao tradicional; há, entretanto, marcantes diferenças, especialmente no tocante às formações discursivas em que se insere, na temática desenvolvida e nas práticas discursiva e social. Hoje se compreende a necessidade de se contemplar o gênero sob uma perspectiva histórica e cultural. Sob essa perspectiva, vinculada à situação social, é inegável a transformação pela qual passou o cordel. Essa transformação é consequência de mudanças sociais operadas em sua região de origem: o nordestino da zona rural já não depende do cordel para se informar ou se divertir; o cordelista já não se mantém exclusivamente de sua poesia e já não se preocupa em conter mudanças de costume, preocupa-se antes com questões sócio-políticas de seu tempo.

Para Fairclough (2001, p. 135), o surgimento de novos gêneros como a transformação dos já existentes está relacionado a mudanças discursivas amplas no seio da sociedade. O autor ressalta a necessidade de se refletir sobre gênero não apenas como tipo textual, mas também, e sobretudo, como categoria que envolve processos específicos de produção, distribuição e consumo. Considerando que o cordel tradicional firmou-se em uma situação social na qual era importante fonte de informação, cultura e lazer; em um meio específico – o Nordeste brasileiro – e essencialmente ligado às peculiaridades da cultura local; é natural que tenha sofrido alterações, uma vez que esse meio já não existe com as características que tinha. Transformações começaram a se operar no gênero, para suprir as novas necessidades da comunidade discursiva e para se adequar a ela.

O cordel tradicional cumpria função de manutenção de estruturas sociais cristalizadas, reafirmando identidades de sujeito e relações sociais, ao passo

que hoje grande parte dos folhetos publicados é de orientação política, busca romper relações hegemônicas, desnaturalizando ideologias que lhes servem de suporte. O cordel assumiu função ideológica transformadora, engajada nos problemas das classes subalternas. Não se pretende com isso dizer que o cordel tradicional não apresentasse opiniões políticas ou não apontasse injustiças sociais, apenas que essa função foi expandida a ponto de suplantar outras outrora observadas.

Análise de Discurso Crítica (ADC)¹

A ADC procura estabelecer um quadro analítico amplo capaz de mapear a conexão entre relações de poder e recursos lingüísticos selecionados por pessoas ou grupos sociais. Na versão de Chouliaraki & Fairclough (1999), o objetivo é refletir sobre a mudança social contemporânea, sobre as mudanças globais de larga escala e sobre a possibilidade de práticas emancipatórias em estruturas cristalizadas.

Com amplo escopo de aplicação, a ADC constitui modelo teórico-metodológico aberto ao tratamento de diversas práticas na vida social. A vida social é constituída de práticas, e a prática social é ação habitual da sociedade institucionalizada, traduzida em ações materiais, em modos habituais de ação sócio-historicamente situados. A prática social é composta de discurso (ou semiose), atividade material (no caso do discurso, as práticas sócio-cognitivas de produção, distribuição e consumo de textos, a prática discursiva), relações sociais (relações de poder e luta hegemônica pelo estabelecimento, manutenção e transformação dessas relações) e fenômeno mental (crenças, valores e desejos – ideologia). Esses momentos da prática social se entrecruzam sem se reduzir um ao outro. O entrecruzamento dos momentos da prática ocorre pela internalização e pela articulação entre eles.

São os indivíduos, inseridos em práticas discursivas e sociais, que corroboram para a manutenção ou transformação de estruturas sociais. No evento discursivo, normas são modificadas, questionadas ou confirmadas – em ações transformadoras ou reprodutivas. Posições de sujeito e relações sociais não são dadas *a priori*, são construídas, reproduzidas e/ou contestadas no discurso (HALL, 2003, p. 21); daí a centralidade do conceito de *hegemonia* na ADC.

A hegemonia é definida por Fairclough (1997, 2001), que retoma o conceito de Gramsci, como domínio exercido pelo poder de um grupo sobre os demais. A dominação pode ser refletida nos domínios cultural, ideológico,

¹ A denominação *Análise de Discurso Crítica* não deve ser entendida como uma oposição a outros tipos de análise que não sejam considerados críticos – ora, não há análise que não seja crítica, mesmo porque toda prática teórica é inerentemente posicionada. A denominação refere-se, pois, a uma tradição teórica específica à qual me filio. Para uma discussão a esse respeito, ver Fairclough (2001), Silva (2002), Rajagopalan (2003) e Magalhães (2004).

econômico e político; entretanto, sempre está em equilíbrio instável, daí o conceito de luta hegemônica como foco de luta sobre pontos de instabilidade em relações hegemônicas. A luta hegemônica está relacionada à articulação, desarticulação e rearticulação de hegemônias, em uma concepção dialética da relação entre eventos discursivos (FAIRCLOUGH, 2001, p. 123).

Parece procedente postular que o cordel tradicional fosse relacionado à manutenção de hegemônias ideológicas conservadoras, atuando na preservação dessas hegemônias (RESENDE & GOMES, 2003, p. 34). Operava, muitas vezes, na definição de posições de sujeito, identidades, papéis sociais, valores e crenças de acordo com a ideologia a que se filiava. O cordel contemporâneo, ao contrário, opera, não raro, na desnaturalização de ideologias dominantes, a fim de romper hegemônias. Atua em focos de luta hegemônica, é transformador, contestador. Isso poderá ser observado na análise do folheto contemporâneo *Meninos de rua e a chacina da Candelária*.

Análise crítica do folheto *Meninos de rua e a Chacina da Candelária*

Para esta análise foi selecionado o folheto *Meninos de rua e a Chacina da Candelária*, de Gonçalo Ferreira da Silva (1993), presidente da Academia Brasileira de Literatura de Cordel (ABCL), situada no Rio de Janeiro. Gonçalo Ferreira da Silva, um dos principais cordelistas da atualidade, com mais de um milhão de exemplares vendidos em 30 anos de cordel, concedeu-me entrevista na Academia, em 25 de julho de 2003. Por ocasião desta análise, voltei a procurá-lo, desta vez por telefone, a fim de esclarecer algumas questões sobre o folheto.

A análise do folheto está dividida em quatro subseções, a saber: *problema*, em que reflito acerca da questão central no folheto, a violência contra crianças em situação de rua; *obstáculos para que o problema seja superado*, em que avalio que elementos da prática social sustentam o problema verificado, constituindo obstáculo para a mudança estrutural; *função do problema na prática*, em que discuto a função do problema na prática social; e *possíveis modos de ultrapassar os obstáculos*, em que exploro as possibilidades de superação do problema. Como discuti na introdução, a divisão da análise nessas quatro etapas está de acordo com o enquadre de Chouliaraki & Fairclough (1999) para ADC.

Problema

O problema no folheto analisado reside no âmbito da reflexividade sobre uma prática: Gonçalo Ferreira da Silva (1993) reflete, no folheto *Meninos de rua e a Chacina da Candelária*, a respeito da violência contra crianças e adolescentes que, sem outra alternativa, vivem nas ruas da cidade do Rio de Janeiro. A ênfase, no tratamento do problema, é na Chacina da Candelária, com referência também à do Vigário Geral.

Para Gonçalo, as causas políticas da violência são a corrupção e o crime organizado. A corrupção, segundo o autor, manifesta-se tanto no âmbito parlamentar – “No Brasil entorpecido/pelo odor infernal/que exala do plenário/ do Congresso Nacional” – quanto no âmbito das corporações policiais do país – “São grupos de extermínio/formados nas regiões/por soldados dissidentes/ de muitas corporações”. Observe-se o exemplo (1) abaixo:

- (1) Ao permitir um governo
paralelo no Estado
o nosso governador
ficou desmoralizado
perdendo de dez a zero
para o crime organizado.

O crime organizado, por ser alimentado por policiais, é considerado um crime institucional, e seu poder é, para Gonçalo, conseqüência da permissividade do governo, que não atua como deveria contra a violência.

Obstáculos para que o problema seja superado

O segundo passo do enquadre de Chouliaraki & Fairclough (1999) para ADC é a identificação de obstáculos para que o problema seja superado, ou seja, de elementos da prática social que sustentam o problema verificado, que constituem obstáculo para mudança social. Há três tipos de análise que atuam juntos nesta etapa: a *análise da conjuntura* – da configuração de práticas das quais o discurso em análise é parte, das práticas sociais associadas ao problema ou das quais ele decorre –, a *análise da prática particular* – com ênfase para os momentos da prática em foco no discurso, para as relações entre o discurso e os outros momentos – e a *análise do discurso* – orientada para a *estrutura* e para a *interação*. De acordo com esses pressupostos, esta seção apresenta-se dividida em três subseções.

Análise da conjuntura

No Brasil, a década de 90 expôs, como nunca, a participação da polícia em eventos de violência extrema, como o Massacre no Carandiru, em 1992, quando 111 presos foram mortos; a Chacina da Candelária, em julho de 1993 e a Chacina do Vigário Geral, em agosto do mesmo ano. Tratarei aqui apenas da conjuntura da Chacina da Candelária, problema tratado no cordel em análise, e dos resultados do julgamento dos policiais indiciados.

No dia 23 de julho de 1993, cerca de 70 crianças e adolescentes dormiam no pátio da Igreja da Candelária quando foram “surpreendidas por uma ‘mineira’ – ação de extermínio da polícia carioca” (ARAÚJO, 2003). O episódio ficou conhecido, internacionalmente, como ‘Chacina da Candelária’,

em que oito crianças morreram e dezenas saíram feridas. Dos sobreviventes, 39 morreram nos anos seguintes de causas violentas, segundo levantamento feito há dois anos por Yvonne Bezerra de Mello, que desenvolveu trabalhos com as crianças antes e depois da chacina.

A responsabilidade pelos assassinatos foi atribuída a oito policiais, entre civis e militares. Três deles estão cumprindo pena, três foram absolvidos pelo júri popular, um ainda não foi levado a julgamento e um foi assassinado antes de ser julgado. No julgamento prevaleceu apenas uma versão: a que os policiais revidaram uma briga com os meninos, que teriam atirado pedras, ao resistirem a uma prisão – essa versão não os livra da acusação de praticarem execuções sumárias, mas exclui a corrupção. Na versão dos menores, o que houve foi um acerto de contas, relacionado ao tráfico de drogas, que teria gerado a vingança dos policiais. Segundo Mattar (2003):

o que a grande mídia se furtou de dizer é que a corrupção policial teve grande peso no que aconteceu. “Eu sempre falei, mas ninguém nunca noticiou. A grande verdade é que os policiais foram lá matar um dos meninos - um dos mais velhos - que não havia repassado para um dos PMs a porcentagem do que ele tinha vendido de drogas”, acusa a artista plástica Yvonne Bezerra de Mello.

No folheto de Gonçalves, aparece uma terceira possível causa para o crime, apoiada no senso comum a respeito dos grupos de extermínio: seriam formados por policiais pagos pelos comerciantes locais para assassinar marginais que estivessem prejudicando os negócios ou que praticassem pequenos furtos. Essa hipótese não foi considerada no processo.

Em 1993, assim como hoje, centenas de crianças viviam nas ruas do Rio de Janeiro. A condição dessas crianças não mudou na última década.

Análise da prática particular

O folheto *Meninos de rua e a chacina da Candelária* articula, em seu discurso, outros momentos da prática. Com relação ao evento material, são escassas as informações – não se trata de um folheto noticioso, mas circunstancial, de cunho argumentativo. O folheto, entretanto, internaliza valores e crenças, materializando aspectos do *fenômeno mental*, e questiona *relações sociais*, outro momento da prática.

No folheto são freqüentes os julgamentos de valor com relação aos fatos e aos envolvidos. Nesse ponto, o cordel de Gonçalves é uma amostra convencional do gênero, pois o cordel nunca se furtou a julgar os fatos, mesmo quando se trata de folheto narrativo ou noticioso. O folheto de Gonçalves tem estrutura dissertativa – a questão não é contar a história da chacina, mas argumentar sobre os fatos –, o poeta posiciona-se explicitamente, e sua postura ideológica é, portanto, clara no folheto.

Observa-se em *Meninos de rua e a Chacina da Candelária* a internalização de valores e crenças do senso comum: o folheto é tecido com fios colhidos da cognição social. Um exemplo disso é a internalização da crença naturalizada, largamente difundida no país, de que políticos são, via de regra, corruptos:

- (2) No Brasil entorpecido
pelo odor infernal
que exala do plenário
do Congresso Nacional
o fato mais deprimente
é tido como normal.

A corrupção ultrapassa os limites do Congresso e, segundo Gonçalo, atinge também as corporações policiais do país, institucionalizando o crime. Trata-se de outro senso comum: o cidadão não sabe se deve ter mais medo da polícia ou dos bandidos. A Frente da Luta Popular (FLP), em seu jornal *Papo Reto*, de agosto de 2003, denuncia: “quem mora em favela sabe há muito tempo: policiais usam um ‘kit assassino’ (armas e drogas que são plantadas) para encobrir seus massacres”. Gonçalo internaliza em seu folheto o senso comum a respeito da corrupção dos órgãos de segurança pública.

Outra crença do senso comum internalizada por Gonçalo em seu folheto é o da ligação dos grupos de extermínio com o comércio carioca, que financiaria este tipo de crime organizado. Veja-se o exemplo (3):

- (3) São grupos de extermínio
formados nas regiões
por soldados dissidentes
de muitas corporações
mantidos pelo comércio
para assassinar ladrões.

Os valores atribuídos pelo cordelista aos fatos e aos neles envolvidos podem ser percebidos no estudo dos adjetivos – a alta densidade de adjetivos é outra característica convencional do gênero cordel. O Brasil é caracterizado como “entorpecido pelo odor infernal que exala do plenário”; a situação do país é uma “sujeira social clamorosa”; o governo está “desmoralizado”; “policial é bandido”, “deputado é traficante”, “senador é marginal”; as organizações não-governamentais são “proteção duvidosa”; os grupos de extermínio são “turmas sanguinárias”; as crianças sem-teto “continuam desabrigadas, sujas, magras, repelentes, pelas calçadas jogadas”. A Chacina é descrita, na estrofe final do poema:

- (4) Foi uma carnificina
de crueldade chocante,
de brutalidade torpe,

bestial, repugnante
e outros adjetivos
acima de horripilante.

Os adjetivos atribuídos à chacina podem ser estendidos, por pressuposição, aos assassinos: são avaliados como *cruéis, brutais, torpes, bestiais, repugnantes*.

Quanto às relações sociais implicadas no folheto, é saliente a relação entre governo e crime organizado. A permissividade do governo do estado (“Permitindo um governo paralelo no estado”) é tida como causa do estabelecimento e do ‘sucesso’ do crime organizado (“perdendo de dez a zero/ para o crime organizado”). Assim, estabelece-se uma relação de causa e efeito entre as duas instituições. Além disso, são organismos governamentais – os órgãos de segurança pública – que fornecem recursos humanos e bélicos para os grupos de extermínio, que constituem, então, um crime organizado institucional. O governo manteve-se passivo frente aos crimes: “o governo/ não deu de vida sinal”. No folheto, portanto, Gonçalo denuncia ligação entre o governo do estado do Rio de Janeiro e os grupos de extermínio, seja na permissividade, na participação da polícia ou na passividade dos governantes face aos crimes.

Análise do discurso

A análise do discurso, segundo Chouliaraki & Fairclough (1999), deve ser orientada para a *estrutura* – para a relação entre a instância discursiva analisada e *ordens de discurso*, e sua recorrência a *gêneros, vozes e discursos* de ordens de discurso articuladas – e para a *interação* – para o modo como o discurso trabalha com os recursos oferecidos pelas ordens de discurso articuladas, em uma análise lingüística de recursos utilizados no texto e sua relação com a prática social. Desse modo, esta subseção encontra-se dividida em duas outras subseções, a primeira dedicada à análise estrutural e a segunda à análise interacional.

Análise estrutural

O texto em análise é uma amostra do gênero cordel. Trata-se de um poema dividido em 30 estrofes de seis versos setessilábicos cada. É uma amostra convencional do gênero em seu período contemporâneo de produção, na forma, no formato e na prática discursiva. Insere-se na ordem do discurso da literatura popular e articula duas outras ordens de discurso: da polícia e da mídia. A ordem de discurso da polícia aparece na sexta estrofe por meio da simulação de diálogo entre um cidadão comum e uma autoridade policial. A função desta articulação é conduzir a uma crítica ao despreparo da polícia no tratamento dispensado a civis, na sétima estrofe. As estrofes /6/ e /7/ estão transcritas no exemplo (5) abaixo:

- (5) Se alguém apresenta queixa
que um ladrão o roubou,
responde a autoridade:
– Já sei, você vacilou,
não aprendeu ser malandro,
deu mole, o bicho pegou.
Vejam se isto é linguagem
que use uma autoridade
com a precípua missão
de manter a integridade,
a segurança e a ordem
da nossa sociedade.

A ordem do discurso da mídia, por sua vez, é articulada nas estrofes / 21/, /22/, /23/ e /24/, das quais duas estão transcritas no exemplo (6). Na estrofe /24/, o autor reproduz a fala de um suposto mestre de cerimônia do *show* beneficente *Criança Esperança*, da Rede Globo em parceria com a Unesco. A função da articulação na amostra discursiva é criticar, através da ironia, a campanha que, segundo Gonçalo, seria inócua para os excluídos e serviria apenas para a autopromoção de artistas milionários:

- (6) Renato Aragão e Xuxa
Chico Anísio e outros tantos
nas campanhas da UNESCO
chegam até a verter prantos,
por que, repentinamente,
querem transformar-se em santos?
Dos três citados acima
todos podem muito bem
salvar todas as crianças
pobres que no Brasil tem
com os seus próprios recursos
sem pedir nada a ninguém.

Diversas instituições sociais estão representadas no texto, conforme demonstrará a análise que segue. O governo é representado como responsável pela instauração do crime organizado como um “poder paralelo” e passivo na questão da Chacina; a polícia é representada como corrompida e despreparada para lidar com os cidadãos, criando um crime organizado ‘institucional’; a imprensa é representada como desinteressada em expor as verdadeiras causas dos crimes; as organizações da sociedade civil, como pouco confiáveis, “proteção duvidosa”; as crianças, como vítimas indefesas; a igreja católica, como hipócrita; a mídia televisiva, especialmente a Rede Globo, pela citação de Renato Aragão, Xuxa e Chico Anísio, é representada como insincera e aproveitadora.

Análise interacional

O objetivo nesta seção é estudar aspectos da interação entre elementos lingüísticos e extralingüísticos na amostra discursiva em análise. A seção será dividida em duas partes: vocabulário e representação de grupos sociais.

a) Vocabulário

Levantarei, no estudo do vocabulário, as várias lexicalizações referentes à Chacina da Candelária no folheto. Gonçalves Ferreira da Silva introduz diretamente o tema do massacre da Candelária apenas na décima quarta estrofe; antes disso, contudo, trata o tema da violência de forma generalizada. As referências genéricas anteriores ao esclarecimento do tema, entretanto, já podem ser compreendidas pelo leitor como relacionadas à Chacina graças ao título do folheto – *Meninos de rua e a Chacina da Candelária* –, que direciona a interpretação.

Nas estrofes /10/ e /11/, transcritas no exemplo (7), Gonçalves introduz o tema ‘chacina’, porém ainda de forma genérica, sem se referir à Chacina da Candelária especificamente.

- (7) Com o aparecimento
dessas turmas sanguinárias
as chacinas se tornaram
praticamente diárias
e sete ou oito por dia
as execuções sumárias.
É com sadismo cruel
praticada uma chacina
sem tempo para pedir
comiseração divina,
sem defesa, sem clemência
é feita a carnificina.

Na estrofe /10/, os crimes são descritos como “execuções sumárias”, denotando a covardia com que são perpetrados. Na estrofe /11/, o autor apresenta uma lexicalização alternativa para ‘chacina’, com atribuição de valor de extrema violência: “carnificina”. Na décima terceira estrofe, outras duas lexicalizações representam a questão em debate: “assassinatos em massa” e “desgraça”.

A partir da estrofe /14/, Gonçalves passa a tratar da Chacina da Candelária especificamente, com referência também à de Vigário Geral, ocorrida um mês depois. As lexicalizações de referência direta ao episódio da Candelária são: “massacre” (17ª estrofe), “massacre infantil” (27ª estrofe), “episódio triste” (29ª estrofe), “uma carnificina” (30ª estrofe), “crueldade chocante” (30ª estrofe), “brutalidade torpe, bestial, repugnante” (30ª estrofe).

Como se vê, as diversas lexicalizações com referência à chacina não são apenas questão de coesão lexical; são questão de atribuição de valor. Embora o julgamento da violência seja crítico, não há nenhuma referência aos motivos *diretamente* relacionados ao crime.

b) Representação de grupos sociais

Os grupos sociais representados no folheto são polícia, grupos de extermínio, governo, igreja, organizações da sociedade civil e imprensa, além das crianças vítimas da chacina. Farei uma reflexão sobre a representação destas últimas mais adiante; nesta seção a reflexão será centrada na representação dos demais grupos. Dos seis citados, três são representados de modo genérico (por classificação) e três de modo específico, dois destes por nomeação.

Polícia

A representação é generalizada, classificada pela referência à categoria:

(estrofe /3/) “policial é bandido/bandido é policial”

(estrofe /6/) “responde a autoridade:/ – Já sei, você vacilou”

(estrofe /7/) “... autoridade/com a precípua missão/de manter a integridade”

(estrofe /9/) “por soldados dissidentes/de muitas corporações”

Pela representação da categoria, constrói-se alta abstração da corrupção dos órgãos de segurança pública (van Leeuwen, 1997). À época da chacina, falou-se na existência de uma ‘banda podre’ na polícia carioca, protegendo com isso parte da corporação. A fragmentação sugere não corrupção generalizada, mas localizada. No folheto não há essa divisão, sugerindo uma generalização da corrupção na polícia.

Grupos de Extermínio

A representação é genérica e freqüentemente construída em lexicalizações marcadamente argumentativas. Para nenhuma das representações ‘*grupos de extermínio*’ (ou termo co-referente) tem papel de agente ou função sintática de sujeito nas orações. A agência não é explícita, mas aparece sempre em estruturas de pressuposição, o que indica alta afinidade com as proposições (Fairclough, 2001). Bons exemplos disso são as estrofes /9/ e /10/, transcritas no exemplo (8) abaixo:

- (8) São grupos de extermínio
formados nas regiões
por soldados dissidentes

de muitas corporações
mantidos pelo comércio
para assassinar ladrões.
Com o aparecimento
dessas turmas sanguinárias
as chacinas se tornaram
praticamente diárias
e sete ou oito por dia
as execuções sumárias.

Governo

Há para 'governo' quatro representações genéricas, uma específica e uma nomeada:

(estrofe /1/) "No Brasil entorpecido/pelo odor infernal/que exala do plenário/
do Congresso Nacional".

A representação, genérica por metonímia, internaliza a naturalização da corrupção entre políticos brasileiros.

(estrofe /2/) "Ao permitir um governo/paralelo no estado/o nosso governador/ficou desmoralizado".

A representação é específica, porém sem nomeação. A questão da relação causa/efeito entre governo e crime organizado foi discutida anteriormente.

(estrofe /3/) "deputado é traficante/senador é marginal".

Por meio da referência genérica, há novamente a naturalização da corrupção e do envolvimento de parlamentares no crime organizado.

(estrofe /8/) "Aqui no Rio Brizola/é o mais fiel retrato/de quem sabe que assalto/seqüestro e assassinato/são resultados das aulas/de seu primeiro mandato".

A representação é específica e nomeada. Gonçalo é politicamente contrário a Brizola, o que fica explícito em seu folheto *Brizolão para Brizocão*, de 1988. Nesse folheto, Gonçalo acusa Brizola de se aproveitar da "miséria" como parte de seu "esquema político", pois a favela seria um "reduto eleitoral conhecido".

(estrofe /27/) "Deus foi neutro e o governo/não deu de vida sinal".

A representação é genérica, acusa a passividade das instâncias governamentais na punição dos assassinos e na resolução dos problemas envolvidos.

A descrença no governo é confirmada na estrofe seguinte, transcrita no exemplo (9) a seguir:

- (9) Todos nós nos encontramos
desprovidos de esperança
como a criança que perde
do seu pai a segurança
em relação ao governo
nós somos essa criança.

Nessa estrofe /9/, Gonçalves potencializa sua representação generalizada do poder público, uma vez que torna o leitor também enunciador, compartilhando a desesperança com relação ao governo, por meio do uso do “nós” inclusivo.

Igreja

A Igreja Católica é representada na figura do arcebispo do Rio, Dom Eugênio Sales. Trata-se, portanto, de uma representação específica e nomeada, às estrofes /19/ e /20/, transcritas abaixo no exemplo (10):

- (10) Por exemplo Eugênio Sales
que tanta riqueza tem
não precisava pedir
ajuda alguma a ninguém
pessoalmente ele pode
se quiser fazer o bem.
Como diz a juventude:
É ruim Sales dizer:
– Venham a mim as crianças,
quero a todas socorrer.
Não sabe fazer o bem
só sabe ensinar fazer.

O julgamento de Gonçalves orienta-se para denúncia de hipocrisia, como se vê na estrutura de pressuposição da estrofe /19/ – “pessoalmente ele pode/se quiser fazer o bem” – e no fim da estrofe /20/ – “Não sabe fazer o bem/só sabe ensinar fazer”.

Perguntei a Gonçalves (por telefone, em 29 de novembro de 2003) por que se posiciona assim em relação ao arcebispo. Respondeu-me simplesmente que “ele prega coisas impossíveis nos dias de hoje”. Sabe-se que Dom Eugênio Sales é radicalmente contra o uso de contraceptivos. É sabido também que, em comunidades pobres, são comuns famílias numerosas, o que acaba agravando a situação de miséria e aumentando o número de crianças nas

ruas. Talvez possamos inferir que Gonçalo se referisse a essa questão, embora ele não tenha sido explícito na definição de que “coisas impossíveis” são pregadas pelo arcebispo.

Organizações da Sociedade Civil

A representação de organizações da sociedade civil é implícita, embora seja específica e individual. Nas estrofes de /16/ a /18/, o autor fala em “proteção duvidosa”. Perguntei a Gonçalo a quem ele se referia, ele me respondeu que a referência era a uma mulher que, na ocasião da chacina, apareceu na mídia como “salvadora da pátria”, protetora das crianças da Candelária. Disse ainda que não critica de modo algum as iniciativas de mobilização da sociedade civil, mas sua pretensão e seu interesse em autopromoção por meio da prática da caridade. Pela pesquisa que fiz, parece provável que Gonçalo se referisse no folheto à artista plástica Yvonne Bezerra de Melo, que foi realmente muito citada na mídia e já desenvolvia trabalho com as crianças antes da chacina, e o faz até hoje. O posicionamento de Gonçalo quanto às ONGs é semelhante àquele da Frente da Luta Popular (FLP), conforme será discutido adiante.

Imprensa

A imprensa é citada uma única vez, de maneira genérica, na estrofe /13/, transcrita abaixo no exemplo (11):

- (11) Há motivos para esses
assassinatos em massa.
A imprensa se limita
em dizer o que se passa
porém não fala da causa
que provocou a desgraça.

Gonçalo corrobora o senso comum da superficialidade do tratamento da imprensa aos casos de violência contra comunidades pobres ou excluídas. De fato, na cobertura dos casos a imprensa, via de regra, não estabelece a conexão entre violência e exclusão.

Função do problema na prática

A Chacina da Candelária, por sua grande repercussão nos âmbitos nacional e internacional, colocou em evidência a corrupção e o envolvimento policial com o crime organizado. Houve muita comoção, mas pouca mobilização. Segundo Yvonne Bezerra de Mello (*apud* ARAÚJO, 2003), que atua no *Projeto Uerê* e que desenvolve trabalhos com as crianças da Candelária, nada mudou:

Não mudou nada. Você pode andar pelas ruas do Rio de Janeiro, e você vê que os grupos de meninos de ruas são tão grandes como eram, há 10 anos. Não mudou, porque onde se tem que fazer o grande trabalho, não se faz. É um círculo vicioso. As crianças saem de casa, porque elas têm violência doméstica e ainda não se tem projetos que possam tratar desse assunto.

Yvonne acrescenta que, segundo as estatísticas, em 1993 cerca de 3.000 jovens passaram por institutos de reclusão e em 2002 esse número passou para 20.000 jovens na mesma faixa etária. Segundo ela, 80% cometeram crimes relacionados ao tráfico de drogas e a escolaridade máxima entre eles era de três anos. Para Yvonne, a principal causa de criminalidade entre esses jovens é a falta de condições para terminarem os estudos e conseguirem seu primeiro emprego (*apud* HALLACK & VALLE, 2003).

Segundo a FLP, a violência continua e as chacinas não são casos isolados. O jornal *Papo Reto*, da FLP, denunciou, na edição de agosto de 2003, outras três chacinas, todas posteriores à Candelária: a de Vigário Geral, em agosto de 1993; a do Borel, em abril de 2003 e a de Acari, em junho de 2003; sem contar os assassinatos individuais, como o de Wallace, de 11 anos, que foi morto em janeiro de 2003. Segundo Cristina Salomão, da Associação São Martinho, “ele foi assassinado na Lapa com um tiro pelas costas, disparado por um PM que queria o dinheiro que Wallace levava consigo”. Yvonne também acredita na ocorrência de mortes silenciosas e inexplicadas de crianças e adolescentes que vivem nas ruas, ela acusa que “acontecem pequenas chacinas a todo momento. E elas [as crianças] são vítimas em igual intensidade, tanto de policiais quanto de bandidos” (*apud* MATTAR, 2003). A Chacina da Candelária não teve, portanto, como conseqüência um recrudescimento dos organismos governamentais frente à corrupção e à violência policiais, apesar da grande comoção que causou.

Embora o Estatuto da Criança e do Adolescente tenha sido criado, e diversas ONG's tenham sido instituídas para combater o problema da violência contra crianças em situação de rua, algumas com a missão específica de tentar botar o Estatuto em prática, a polícia é mal preparada. Para Mattar (2003), “noções sobre direitos de crianças e adolescentes - ainda mais quando estes são pobres, alguns infratores, e vivem nas ruas - são como língua estrangeira”.

Além do despreparo dos órgãos de segurança pública, outro obstáculo para a superação desse tipo de violência é a impunidade. Dos oito policiais envolvidos na Chacina da Candelária apenas três estão presos. Alguns erros são, ainda, apontados no processo. Um deles, já citado, é a falta de apuração dos reais motivos que levaram ao massacre.

Para Hallack & Valle (2003), os casos da Candelária e de Vigário Geral contribuíram para o avanço da mobilização da sociedade, mas no campo das políticas públicas o descaso continua o mesmo. Mesmo a organização da sociedade civil, que consensualmente cresceu na última década, merece crítica, segundo a FLP. Embora diversas ONGs tenham sido criadas para tratar da

exclusão social, a FLP não as vê com bons olhos, como se percebe na reportagem do Jornal *Papo Reto*, de agosto de 2003:

O mesmo tipo de atitude parcial e mentirosa sobre a violência nós vemos em ONGs e organizações ditas de direitos humanos oportunistas como o Viva Rio. Quantas passeatas na praia esses hipócritas já organizaram quando alguém da classe média ou rica morre ou sofre uma violência? Mas alguma vez eles já se mobilizaram para denunciar esquadrões da morte, policiais, políticos e empresários envolvidos no extermínio? Além disso, eles enganam as comunidades com “projetos sociais” paliativos e nunca controlados pelos próprios moradores, e utilizam isso como forma de nos manipular.

Para a FLP (*idem*), a única mobilização capaz de resolver a questão é a mobilização dos oprimidos. A Frente da Luta Popular crê que o engajamento da classe média com a violência é impulsionado apenas por seu próprio sentimento de insegurança, e não uma luta por justiça:

Quem não lembra que o Viva Rio surgiu em 1993, mas não foi protestando contra os massacres da Candelária e Vigário, e sim colocando moradores de favelas para protestar contra seqüestros de *playboys* e empresários? E ainda hoje tenta enganar familiares de vítimas de chacinhas, tentando levá-los para movimentos junto com organizações de ricos que pedem entre outras coisas endurecimento das condições nas prisões (medida que só atinge os milhares de presos pobres que não tem as regalias e privilégios do punhado de presos de colarinho branco) e redução da idade penal (querem ver todas nossas crianças presas?).

Possíveis modos de ultrapassar os obstáculos

Os principais problemas que devem ser enfrentados a fim de sanar essa situação de extrema violência são a corrupção e a impunidade, ainda muito presentes no país. Não é tarefa fácil. A corrupção é uma verdadeira instituição no Brasil, e a reforma do sistema judiciário enfrenta ainda grande resistência.

Outra questão não menos importante é o engajamento da sociedade civil nos problemas que acarretam a exclusão social, e não apenas naqueles que são sua consequência. O número de pessoas em situação de rua no Brasil cresceu muito nas últimas décadas, o problema pode ser visto em todas as grandes cidades do país. A reação dos ‘incluídos’ para com os excluídos do sistema são indiferença, pena ou medo, mas muito poucos se engajam na luta por justiça social.

Apenas justiça para os atingidos pelos massacres do passado não será suficiente para se evitar novas chacinhas. Para isso, será necessário garantir cidadania e igualdade de direitos. A organização da sociedade civil, principalmente das vítimas da desigualdade, não se deve contentar com justiça aparente, deve buscar justiça de fato, que garanta igualdade de oportunidades,

como bem expressou a Frente da Luta Popular (*idem*):

Esse novo movimento do povo das favelas e periferias que pode surgir também tem que perceber que a luta contra a violência só será realmente vitoriosa se lutarmos contra suas causas; contra o desemprego, a exploração, a desigualdade social. Não queremos só cesta básica, cheque cidadão ou outras esmolas. Queremos nos libertar.

Considerações finais: reflexão sobre a análise

Esta análise não se pretende imparcial. É preciso admitir a inexistência de ciência neutra: toda pesquisa desenvolve-se de uma posição particular. Em *Análise do Discurso Crítica*, a imparcialidade não é um mito, não nos pretendemos neutros e sabemos que a suposição de neutralidade é por si só ideológica.

O folheto de cordel *Meninos de rua e a Chacina da Candelária* questiona a corrupção política e policial e denuncia o problema da violência contra menores sem-teto no Brasil; não questiona, contudo, a existência de crianças nas ruas como uma injustiça, não especula as causas desse problema. O folheto denuncia a responsabilidade do governo no estabelecimento do crime organizado e da violência, mas não critica a ausência de medidas governamentais que resolvam a questão da injustiça social, que tirem as crianças das ruas e que lhes dêem oportunidades.

Cabe uma análise particular da expressão “meninos de rua”. Esta lexia do senso comum naturaliza o estado dessas crianças como condição permanente: as crianças *são* de rua, e não *estão* na rua. Através desse modo de operação da ideologia (THOMPSON, 1995, p. 87), a injustiça social é naturalizada, deixa de ser questionada como injustiça, passa a ser compreendida como um estado de coisas natural. Acredito que a *naturalização* da injustiça social caminha lado a lado com a *legitimação* da globalização como fenômeno inescapável: tanto uma como outra são percebidas como a-históricas, independentes de ação política humana. Simplesmente uns *têm sorte e outros não*.

Isso se relaciona intimamente com a falta de mobilização social da classe média – se não é uma injustiça, não há porque se indignar, como registra Dejours (2003, p. 19):

Nem todos partilham hoje do ponto de vista segundo o qual as vítimas do desemprego, da pobreza e da exclusão social seriam também vítimas de uma injustiça. Em outras palavras, para muitos cidadãos, há aqui uma clivagem entre sofrimento e injustiça. Essa clivagem é grave. Para os que nela incorrem, o sofrimento é uma adversidade, mas essa adversidade não reclama necessariamente reação política. Pode justificar compaixão, piedade ou caridade. Não provoca necessariamente (...) apelo à ação coletiva.

Em outras palavras, o sofrimento alheio somente suscita sentimento de revolta quando é percebido como consequência de injustiça, o que não tem

acontecido com relação à exclusão social. Sem dúvida esta percepção das coisas não é construção individual: decorre de construções discursivas e ideológicas, da naturalização de estruturas sociais como fenômenos e da legitimação de determinadas posições como sendo justas.

REZENDE, V. M. SOCIAL INJUSTICE AND POPULAR LITERATURE: CRITICAL ANALYSIS FROM THE CORDEL PAMPHLET *STREET BOY AND CANDELARIA CARNAGE*

ABSTRACT: *This paper aims at showing a critical discursive analysis of a contemporary cordel literature pamphlet on Candelaria carnage, a violent episode 10 years later, contributing on the debate about different forms of conducting discourse analysis reflections. Punctually, we are going to show some of the advantages of a certain type of analysis developed by Maingueneau. Such analysis, in our opinion, are more committed to theoretical foundations in French discourse Analysis, as well as the one developed by Michel Pêcheux and his followers. One of the questions to be discussed is the notion of ethos, as well as it is proposed by Maingueneau, which makes possible to understand althusserian notion of non-subjectivation. Such notion, in French discourse analysis, is frequently used to justify subject inscription in discursive formations. Besides, we consider that Maingueneau's approach avoids a discourse analysis which takes as basis a controversial notion of production conditions.*

Keywords: discourse analysis; *ethos*; production conditions.

Referências Bibliográficas

ARAÚJO, R. **Chacina da Candelária – 10 anos**. Disponível na Internet. <http://www.adital.org.br>. 25 nov. 2003.

CHOULIARAKI, L. & FAIRCLOUGH, N. **Discourse in late modernity. Rethinking critical discourse analysis**. Edinburgh: Edinburgh University Press, 1999.

CURRAN, M. **História do Brasil em cordel**. São Paulo: Edusp, 1998.

DEJOURS, C. **A banalização da injustiça social**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2003.

FAIRCLOUGH, N. Discurso, mudança e hegemonia. In: PEDRO, E. R. (org.). **Análise Crítica do Discurso: uma perspectiva sócio-política e funcional**. Lisboa: Editorial Caminho, 1997. pp.77-104.

_____. **Discurso e mudança social**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001.

FRENTE DA LUTA POPULAR. Jornal Papo Reto. Edição de agosto de 2003.

GALVÃO, A. M. **Cordel: leitores e ouvintes**. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

HALL, S. **Da diáspora: identidades e mediações culturais**. Belo Horizonte: Editora UFMG; Brasília: UNESCO, 2003.

HALLACK, G. & VALLE, S. **Chacina da Candelária completa dez anos**. Disponível na Internet. <http://www.oglobo.com/online>. 25 nov. 2003.

MAGALHÃES, I. Introdução: a Análise de Discurso Crítica. In: **D.E.L.T.A.:** Revista de Documentação de Estudos em Linguística Teórica e Aplicada. v. 21, Especial, 2004.

MATTAR, M. E. **Dez anos da chacina da Candelária**. Disponível na Internet. www.midiaindependente.org. 25 nov. 2003.

RAJAGOPALAN, K. **Por uma lingüística crítica**. São Paulo: Parábola Editorial, 2003.

RESENDE, V. M. & GOMES, M. C. A. O cordel tradicional e sua função na luta hegemônica: um estudo de caso. In: **Papéis**. v. 7, n. 13. Campo Grande: UFMS, jan./jul. 2003. pp. 30-39.

SILVA, D. E. G. Percursos teóricos e metodológicos em Análise do Discurso: uma pequena introdução. In: SILVA, D. E. G. & VIEIRA, J. A. (org.) **Análise do discurso**: percursos teóricos e metodológicos. Brasília: Editora Plano; Oficina Editorial, 2002. pp. 7- 20.

SILVA, G. F. **Meninos de rua e a Chacina da Candelária**. Rio de Janeiro: ABLC, 1993.

_____. **Brizolão para Brizocão**. Rio de Janeiro: ABLC, 1988.

THOMPSON, J. B. **Ideologia e cultura moderna**. Petrópolis: Vozes, 1995.

VAN LEEUVEN, T. A representação dos actores sociais. In: PEDRO, E. R. (org.). **Análise Crítica do Discurso**: uma perspectiva sócio-política e funcional. Lisboa: Editorial Caminho, 1997. pp.169-222.